

1	ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO RIO
2	VERMELHO-----
3	DATA: 28 de abril de 2022 -----
4	HORA: 17 horas -----
5	LOCAL: presencial-----
6	PAUTA: 1. Instalação dos trabalhos e verificação de <i>quorum</i> ; 2. Aprovação da
7	Ordem do Dia; 3. Informes; 4.Resposta ao ofício da UFECO, lido na última
8	reunião; 5. Atualização do processo de delimitação do território quilombola; 6.
9	Cadeira ADPAERVE; 7. Semana do Meio Ambiente; 8. Encaminhamentos e
10	Encerramento.
11	-----
12	COMPOSIÇÃO DO PLENÁRIO: Adriana Dorcina Nunes (IMA/PAERVE), Rogério
13	Castro (IMA/PAERVE), Bianca Martins Parizotto (IMA/PAERVE), Vera Waith
14	(ECOSUL), Pedro Pereira (UFSC), Nadir Antônio Mussio (Escoteiros do
15	Brasil/SC), Ana Paula Borrmann (ACADI), Andrea (Çarakura), José Carlos Bento
16	(Escoteiros do Brasil/SC), Renata Bousfield (Polícia Militar Ambiental), Alexandre
17	Böck (SIE FLORAM), Patrice Barzan (CASAN), Zenildo Veríssimo (Bombeiro
18	Militar), Bento Garcia (SAR).
19	-----
20	DESENVOLVIMENTO DA REUNIÃO: Foi verificado o quórum, Adriana avisou
21	sobre a gravação da ata para registro da reunião e para facilitar revisão da ata.
22	Adriana (IMA/PAERVE) dá boas vindas à todos, coloca sua alegria de poder ver a
23	todos e que pandemia reforçou a necessidade de autocuidados e respeito ao
24	próximo, recomenda que cuidados devem permanecer. Informa que Bianca
25	(IMA/PAERVE) está fazendo a memória da reunião e afirma que as informações
26	oficiais são as que são enviadas no e-mail, o grupo de Whats App é utilizado mais
27	para facilitar comunicação. Falou que na próxima reunião haverá bolo, estava com
28	saudade da reunião presencial pois permiti mais interação entre as pessoas.
29	Adriana (IMA/PAERVE) leu a ordem do dia. Informa que os pontos de pauta sobre
30	a cadeira da ADPAERVE e Semana do Meio Ambiente serão apenas Informes.
31	Patrice (CASAN) fala para incluir como informe o Plano de Educação Ambiental
32	solicitado no âmbito do licenciamento. Todos concordam com esse item sobre os
33	informes e também com a inclusão de informe solicitado pela CASAN para o final
34	da reunião. Adriana (IMA/PAERVE) informa que foi feita consulta jurídica no IMA
35	sobre questionamento levantado na reunião anterior sobre ter apenas declaração
36	de utilidade pública no âmbito municipal e foi retornado não existir nenhum óbice.
37	Rogério (IMA/PAERVE) reforça que a associação já foi votada e aceita na reunião
38	ordinária passada, ficando apenas confirmar o questionamento da UFECO, desta
39	forma ADPAERVE está apta como membro do conselho consultivo. Adriana
40	(IMA/PAERVE) informa sobre a proposta de cronograma para a Semana do Meio
41	Ambiente do dia 2 ao 5/6/2022, com abertura com a parte norte da Trilha de
42	Longo Curso, no dia 3/6 por solicitação do diretor da Escola Maria Conceição
43	Nunes, as atividades serão na escola com atividades como o teatro do IMA,
44	Gincana, no sábado dia do Mar com limpeza na praia e finalizando com o
45	domingo no Parque com oficinas com as Rendeiras, com os pescadores sobre
46	
47	
48	
49	
50	
51	

52	tecer tarrafas, Capoeira, Boi de Mamão ou Tartaruga de Mamão (ifsc Itajaí) e
53	Oficina com bambus para confecção de instrumentos musicais.
54	José Carlos Bento (Escoteiros do Brasil) reforça que solicitou um dia para que
55	seja feito no Campo dos Escoteiros. O documento com a proposta será
56	disponibilizado em um drive para contribuições dos conselheiros. Reforça que as
57	instituições que tiverem interesse em participar estão convidadas a propor
58	atividades. Adriana (IMA/PAERVE) contextualiza como chegou o documento de
59	desagravo com logo da UFECO, que foi lido na reunião ordinária anterior,
60	explicou que chegou via servidor do IMA encaminhado por assessor de deputado
61	perguntando se procede e qual a posição/versão do IMA. Fala sobre a
62	necessidade de resposta do conselho por ter sido citado. Sobre a reunião ser
63	presencial e ter sido questionada no grupo de Whats App do conselho, Adriana
64	(IMA/PAERVE) reforça que foi solicitado pelo Çarakura e Escoteiros na reunião
65	ordinária passada para que as próximas reuniões fossem presenciais. Iniciou
66	relendo o documento, explicando alguns dos pontos. Adriana (IMA/PAERVE)
67	explica que realmente ficou devendo as atas passadas, em decorrência de
68	acúmulo de trabalho e ressaltou a dificuldade de fazer as transcrições pois é
69	necessário bastante tempo. Informa que a partir da reunião passada as memórias
70	da reunião serão feitas pela servidora do IMA/PAERVE Bianca para serem
71	revisadas pelo conselho. Informa que a representação da Escola Maria Conceição
72	está sendo revista pois o atual representante titular é pai de aluno, que pode
73	participar como convidado, pois é fundamental que o titular seja professor da
74	escola para atendimento das demandas da unidade escolar. Sobre o item quatro
75	que fala do assentamento quilombola, esclarece que são três processos. Um trata
76	do processo reintegração de posse que é judicial, outro é uma ação civil pública
77	sobre o plano de manejo que está aguardando considerações comunidade,
78	Adriana reforça que a escola quilombola está colocada no plano de manejo. E o
79	terceiro é o processo administrativo do INCRA que trata Relatório de Identificação
80	e Delimitação (RTID) do território pleiteado pela comunidade Quilombola Vidal
81	Martins. Sobre os Escoteiros do Brasil, membro do Conselho do Parque Estadual
82	do Rio Vermelho, entraram com uma contestação, junto ao processo de
83	demarcação da área quilombola, Adriana (IMA/PAERVE) informa que os
84	Escoteiros do Brasil estão em área pública e que o plano de manejo contempla o
85	histórico e propostas de alternativas para regularização das instituições que
86	existiam antes do local se tornar uma unidade de conservação. Sobre o
87	chamamento público em 2019 para trocar gestão camping, a comunidade
88	quilombola pediu para assumir diretamente o camping sem concorrer com outras
89	instituições, ganhou o direito em primeira instância, porém na segunda instância a
90	decisão foi na autonomia do IMA para fazer chamamento público. Patrice
91	(CASAN) pergunta se já foi feito documento para responder o documento de
92	desagravo. Adriana (IMA/PAERVE) explica que a ideia é construir o documento
93	em conjunto, não foi elaborado nada ainda. Sobre o processo de reintegração de
94	posse informa que está em andamento e que o IMA continua pagando as contas
95	de luz, em torno de R\$ 3000,00 mensais. Renata (PMA) informa que algumas
96	questões administrativas de contas de luz precisam ser individualizadas com a
97	CELESC. No item 9, o pinus plantado realmente ter que ser retirado por processo
98	de licitação na parte sul. O pinus da parte norte que foi disperso o IMA tem
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	

106	obrigação de remover essas espécies. Todas as atividades de remoção são
107	pequenas em andamento apenas no local de dispersão, sem valor comercial e a
108	madeira não é vendida, fica no local. São colocados em leiras e ficando em
109	processo de recuperação. Renata (PMA) pergunta se o IMA já tem planejamento
110	de aplicação no recurso no Parque. Zenildo (Bombeiro Militar) falou que na área
111	da UFSC as árvores têm que ser retiradas. Alexandre (FLORAM) fala que UFSC
112	vai pedir autorização para entrar pelo parque para área para remoção de espécies
113	de pinus de sua área. Reforça que as turfeiras que ficam em baixo acendem o
114	fogo, aqui como no parque. Zenildo (Bombeiro Militar) fala que na década de 80
115	ficou acampado 20 dias para poderem extinguir com o fogo e que agora está mais
116	tranquilo. Retomando o documento de desagravo, no item 10, fala que
117	conselheiros estão irregulares. Patrice (CASAN) informa deve ser que consultar a
118	instituição sobre o interesse de manter o representante. Bento (SAR) reforça que
119	deve ser encaminhada uma minuta para todos poderem contribuir com o
120	documento. Alexandre (FLORAM) esclarece que a gestão está se explicando, o
121	objetivo é entender o lado das partes citadas. Sobre o item da destinação da
122	madeira, Adriana (IMA/PAERVE) diz que no plano de manejo não foi indicado que
123	era para construção para casas populares. Vera (ECOSUL) lembra que foi
124	colocada a indicação de usar madeira em estruturas do parque, como em decks.
125	Sobre curso de brigadista não foi feito em decorrência da pandemia, mas que o
126	parque já adquiriu equipamentos. Sobre a segurança já foram foram instaladas
127	quatro câmeras e recentemente mais 1 uma câmera no terminal lacustre. Rogério
128	(IMA/PAERVE) questiona como entidade representante do conselho solicita
129	audiência pública, sem antes passar para pelo conselho. Patrice (CASAN) fala
130	que foi encaminhado aos deputados e que algum deles poderia se sensibilizar e
131	chamar a audiência pública. Rogério (IMA/PAERVE) reforça que é contraditório
132	levar ao externo sem passar pelo conselho. Vera (ECOSUL) fala da questão do
133	parque que contratar guarda parque já foi discutida em gestão anterior, pois a
134	legislação não permite. Mussio (Escoteiros) fala sobre a manifestação escrita tem
135	dois cenários: No primeiro cenário os escoteiros encaminharam a documentação
136	solicitada para a contestação, ressaltando que tem interesse em ficar na área que
137	ocupam há 47 anos, conforme decreto de 1974, por meio de contrato de cessão
138	de uso. No decreto que promoveu o parque, os escoteiros se encaixam com os
139	objetivos da unidade de conservação, contribuindo com a educação na natureza.
140	Contextualiza que os escoteiros estão ali desde 74, desde que a estrada era
141	precária, e que por ofício INCRA notificou para fazerem uma contestação e eles
142	manifestaram interesse em permanecer no local, descrevendo o tempo que estão
143	na área e o interesse em permanecer. O documento não apresenta informações
144	contestatórias em relação a comunidade quilombola, porém salienta a importância
145	da atividade na área de domínio do estado. INCRA faz recomendações que o
146	diálogo institucional apropriado para conciliação, mediado por entidade neutra.
147	Mussio (escoteiros) disponibiliza-se em passar os documentos para todos. Em
148	seguida teve ofício, após INCRA manifestar sobre a contestação. INCRA
149	perguntou sobre entrar em segunda instância e escoteiros entenderam que
150	poderia deixar expirar os trinta dias do prazo e estava resolvido. Mas precisa
151	entrar com documento formal e entraram atrasado. Sobre segundo ponto, não
152	houve contrapartida financeira, houveram contrapartidas de ações conjuntas e
153	
154	
155	
156	
157	
158	
159	

160	espaço como centro de formação de educação, é uma contribuição de 47 anos de
161	difficil medida, milhares de jovens tiveram boa formação. Os relatórios financeiros
162	são públicos, podem ser acessados no site. José Carlos (Escoteiros) fala do
163	campo de escoteiro reconhecido internacionalmente, que possui certificação
164	projeto SCENES em apenas dois locais do Brasil, aqui em Florianópolis e em
165	Góias. No âmbito do Projeto SCENES, fez parcerias com outras instituições
166	como ECOPAERVE, que foi feito fez inventário de vegetação nativa que não tem
167	em outras áreas do parque. José (escoteiros) coloca que hoje se remetem ao
168	IMA, mas considera legítima o pleito quilombola e que se a área for deles se
169	remeterá a eles. Mussio (Escoteiros) reforça que tem vários grupos escoteiros
170	quilombolas com recursos da ONU, que são uma instituição inclusiva, que não faz
171	distinção, que apenas devem ter uma crença, que pode ser inclusive ateu.
172	Alexandre (FLORAM) coloca que a FLORAM se manifesta que tem que respeitar
173	a dominialidade da área, enquanto não se resolve judicialmente, que reconhecem
174	ser justa a bandeira, mas que a prerrogativa é que a FLORAM não é contra a
175	bandeira quilombola, mas que ritos devem ser respeitados, que não é adequado
176	documentos dessa forma difamando o conselho. Patrice (CASAN) reforça que a
177	CASAN tem o mesmo entendimento, como já falou em outras reuniões, que não é
178	contra comunidade, e que entende que atualmente ainda a territorialidade é do
179	IMA. Teve reunião com a Helena (ARQVIMA) e explica que o Estado tem que
180	fazer o que está escrito na lei, que tem que proteger seu patrimônio, por isso
181	necessário processo de reintegração de posse. Sobre a atualização do território
182	quilombola, Adriana (IMA/PAERVE) informa que os documentos que a gestão do
183	Parque tem, foram encaminhados aos conselheiros por e-mail e ressalta que são
184	processos diferentes, reintegração de posse é judicial, plano de manejo é judicial
185	e delimitação do território quilombola é administrativo e está no INCRA, que não é
186	um processo aberto, não é acompanhado pelo parque, é acompanhado pela PGE.
187	Explica que a gestão precisa solicitar formalmente informação sobre o processo
188	Projur do IMA para ter acesso. Quem se manifesta é a Procuradoria jurídica do
189	IMA para PGE e PGE para INCRA. Rogério (IMA/PAERVE) destaca que o que
190	está sendo discutido é o tamanho da área, que em nenhum momento está sendo
191	contestado o direito da comunidade quilombola. Coloca que a pesquisadora da
192	UFSC, professora Ilka teve atrito com a antropóloga, que não aceitou a área
193	solicitada de aproximadamente 1000 hectares, o relatório concluiu que não tem
194	subsídios para demarcar a área, mas reconhece o direito. O que o Parque está
195	questionando também são áreas que foram excluídas fora do parque, não
196	reconhece o documento INCRA que indica a extensão da área, mas em nenhum
197	momento não quer deixar de discutir para conciliação e que reconhece o direito
198	da comunidade. Questiona também o fato de parte da família não ter sido ouvida,
199	e de não terem serem mencionados a presença de outros grupos de
200	remanescentes, outros personagens que foram excluídos do processo. Enfim,
201	Rogério (IMA/PAERVE) conclui que ainda tem arestas a serem respondidas.
202	Adriana (IMA/PAERVE) fala sobre a IN 57 do INCRA, que está no passo 3 do 10,
203	que a ultima associação que se manifestou foi ADPAERVE e que tem direito a
204	resposta, depois vai para Brasília e vai para outra comissão. Reforça que são três
205	processos, do Plano de Manejo, que é uma Ação Civil Pública, judicial, que está
206	quase finalizada, delimitação do território, administrativo no INCRA, que ainda tem
207	
208	
209	
210	
211	
212	
213	

214	vários passos a serem cumpridos, e da reintegração de posse, também judicial.
215	Adriana (IMA/PAERVE) cita que a Helena (ARQVIMA) falou na reunião passada
216	sobre reunião de conciliação dia 26/4, mas não chegou nada no IMA,
217	provavelmente ficou na PGE. Rogério (IMA/PAERVE) reforça que primeiro precisa
218	ser resolvida a delimitação da área para depois poder conciliar. Patrice (CASAN)
219	fala sobre a questão da renovação ETE Barra, sobre documentos recebidos do
220	parque e IMA, em atendimento a solicitação de programa de educação
221	ambiental e que retomou as diretrizes do plano de manejo, que envolvem
222	diferentes ações. Que a Educação Ambiental permeia por todas ações e que
223	como veio no documento do IMA de forma mais genérica, quer entender a melhor
224	abordagem. Renata (PMA) sugere de encontrar crianças no parque e levar às
225	ETEs. Rogério (IMA/PAERVE) destaca que outra abordagem, podem ser ações
226	no terminal lacustre, por exemplo relativo aos problemas com resíduos. Patrice
227	(CASAN) fala que sempre associa o tema drenagem ao tema resíduos. Mussio
228	(escoteiros) fala do Projeto de SCENES. Bento (SAR) fala das manutenções
229	necessárias das trilhas e CASAN poderia ser parceira nessa manutenção. Patrice
230	(CASAN) agradeceu as idéias, e que retornará até 12/05 com proposta ao IMA e
231	IMA pode trazer ao conselho. Ana (ACADI) fala da importância de abordar a
232	temática do aquífero, que existem poucas informações, que trabalha na Escola
233	Maria Conceição, e que seria interessante material para escolas e também para
234	os passeios à cavalo, fala que importante falar também das nascentes do Rio
235	Vermelho e dos postos de captação no aquífero. Adriana (IMA/PAERVE) fala que
236	próxima reunião ordinária será em junho. Agradeceu a presença de todos e
237	finaliza a reunião.
238	Encaminhamento: Criar documento para entidades presentes e depois de
239	finalizado disponibilizar aos outros membros do conselho. O documento será
240	direcionado para UFECO e depois disponibilizado, talvez no site do IMA e ao
241	deputado que encaminhou.
242	-----
243	
244	
245	
246	